



UC/FPCE — 2012

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Avaliação da vinculação filial em famílias
identificadas como negligentes e/ou abusivas
numa amostra de CPCJs**

Ana Catarina Mendes Pulga
(e-mail: anacatarina_pulga@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (Área
de subespecialização em Psicologia Forense) sob a orientação da
Professora Doutora Isabel Marques Alberto

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Resumo

A presente investigação pretende avaliar se a vinculação nas crianças e adolescentes vítimas de negligência/abuso (amostra da CPCJ) é significativamente diferente das do Grupo de controlo (sem abuso nem negligência). Tem ainda como objetivos analisar se o funcionamento dos progenitores e a pertença a cada uma das amostras (CPCJ vs Controlo) são preditores do tipo de vinculação na perspetiva dos progenitores, analisar se os três estilos de vinculação medidos pelo IVIA na perspetiva dos pais são preditores do ajustamento psicossocial de crianças e adolescentes, identificar se o ajustamento psicossocial e os estilos de vinculação na perspetiva das crianças/adolescentes são diferentes em função de serem vítimas (amostra CPCJ) ou não serem vítimas (amostra Controlo) e caracterizar a relação entre a variável Idade e os estilos de vinculação medidos pelo IVIA.

A amostra incluiu 60 famílias (30 famílias da população geral sem suspeita de maltrato e 30 famílias sinalizadas nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens por abuso ou negligência) a que foi administrado o seguinte protocolo: IVIA – Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência – Versão auto e heteroavaliação, CBCL – Inventário do comportamento da Criança para Pais, YSR – Questionário de Autoavaliação para Jovens e BSI – Inventário de Sintomas Psicopatológicos para os progenitores.

Segundo os resultados obtidos, na perspetiva dos progenitores não existem diferenças significativas na vinculação entre o Grupo de Controlo e o Grupo CPCJ. A escala Ideação Paranoide do BSI é preditora de uma Vinculação Segura e surgiram diferenças significativas ao nível dos problemas de comportamento, mais especificamente, nas dimensões Agressividade, Depressão, Somatização e no total do CBCL com as famílias da CPCJ a identificarem mais problemas de comportamento nos filhos. Na perspetiva das crianças/adolescentes, as vítimas de abuso/negligência revelam mais problemas de Atenção e Hiperatividade, apresentam maiores níveis de Ansiedade e Depressão, mais comportamentos Esquizoides e têm geralmente uma Vinculação Ansiosa Ambivalente com os seus cuidadores.

Palavras chave: Vinculação, Abuso, Negligência, Competências sociais; Problemas de Comportamento, Funcionamento Psicológico

Assessment of filial attachment in families identified as neglectful and / or abusive in a sample of CPCJs

Abstract

This research aims to assess whether the binding in children and adolescents victims of neglect / abuse (sample CPCJ) is significantly different from the control group (no abuse or neglect), consider whether the operation of the parents and the membership of each sample (CPCJ vs

control) are predictors of the type of binding on the parents' perspective, analyzing the three attachment styles measured by IVIA the prospective parents are predictors of psychosocial adjustment of children and adolescents, identify the psychosocial adjustment and attachment styles from the perspective of children / adolescents are different due to being victims (CPCJ sample) or not victims (control sample) and characterize the relationship between the variable Age, and the styles of binding measured by IVIA.

To this end, we studied 60 families (30 families and 30 families called normal flagged in Commissions Protection of Children and Youth for abuse or neglect) with the following protocol: IVIA – Attachment Inventory for Children and Adolescents - Version self and observer, CBCL - Inventory for Parents of Children behavior, YSR - Self Assessment Questionnaire for Young and BSI - Psychopathological Symptom Inventory.

According to the results, the prospective parents are no significant differences in binding between the Group and Control Group CPCJ, the scale of the BSI Paranoid ideation is a predictor of a Secure Attachment, there are significant differences at the level of behavior problems, more Specifically, the dimensions Aggressiveness, Depression, Somatization and the total CBCL. From the perspective of children / adolescents victims of abuse / neglect reveal more problems for Attention Deficit Hyperactivity Disorder, have higher levels of anxiety and depression, and schizoid behaviors more generally have an Anxious Ambivalent Attachment with their carers and there is no relationship between age and Attachment styles

Key Words: Attachment, Abuse, Neglect, social Skills; behavior problems, Psychological Functioning

Agradecimentos

Em primeiro lugar tenho de agradecer à Professora, orientadora e acima de tudo amiga Doutora Isabel Alberto pela pessoa excepcional que é, um exemplo de humanidade, simplicidade e excelência profissional. Nunca a esquecerei nesta nova etapa que se avizinha.

A seguir gostava de salientar e dedicar esta vitória a toda a minha família, não é uma conquista pessoal mas sim familiar. Nunca esquecerei que todos lutámos por este objetivo comum, do que cada um fez por mim. Em especial, quero agradecer ao melhor namorado, companheiro, amigo, espero que futuro marido que me ouviu, aturou, ajudou e nunca me deixou desistir, apesar de todos os obstáculos. Amo-te muito momor, obrigada por estes cinco anos maravilhosos da minha vida. Aos meus “filhos” manos, Inês e Diogo, que estão sempre ao meu lado para me amparar e incentivar, a demonstrar o vosso orgulho...também eu tenho muito orgulho no homem e na mulher em que vocês se tornaram, não mudem nunca e nunca se esqueçam do amor que nos une. À mana Sofia que está longe mas que também a adoro muito. Aos meus pais, que têm sido uns lutadores, que estiveram e ajudaram no que podiam. Lembrem-se que o melhor do mundo são os vossos filhos, e que apesar de não parecer, ninguém vos ama tanto como nós. Aos meus sogros, Joaquim e Natividade, que me acolheram e cuidam de mim como uma filha, Deus vos abençoe. Aos meus avózinhas, avó Fatinha, avó Libra e “Pastelinho de Nata”, muito muito obrigada por tudo o que fazem por mim, por tudo o que me ensinam e pelos sábios conselhos. Uma homenagem muito especial ao meu avô António, que infelizmente não pude conhecer. Sei que estás aí em cima a olhar por mim, a orientar o meu caminho e a proteger-me. Um dia vou poder conhecer-te e agradecer-te todo o teu amor. Gostava que tivesses orgulho naquilo em que a tua neta se tornou. À “Nini”, tens sido mais que minha madrinha, admiro-te e um dia quero ser como tu, és uma grande mulher. Ao padrinho que não quer ser padrinho, Tó zé e à minha prima irmã Nádia. Titi, nunca me esquecerei do que a família Catatão (Tatão, afilhado Francisco e Vasco) fez por mim. Adotaram-me, trataram-me como uma filha/irmã, deram-me casa, amor, apoio, tudo o que tinham. O meu muito obrigado, espero compensar-vos um dia. À minha prima Sara “a lutadora”, que foi o meu exemplo, sempre quis imitar-te por gostar demais de ti. Um beijinho muito grande à minha avó Palmira e tia Florinda, gostava muito de morar mais perto para vos poder amparar e ajudar. Acreditem que estão sempre no meu pensamento.

Um agradecimento especial à CPCJ de Castelo Branco, que me acolheu, ensinou e depositou toda a confiança no meu trabalho, em especial à minha orientadora, professora que se tornou amiga do coração Dr^a Paula Antunes, à “minha Presidente” Dr^a Maria do Carmo Andrade e colega de estágio, Liliana Rodrigues. Também à Presidente da CPCJ de Idanha a Nova, Dr^a Patrícia Alexandre pela oportunidade que me deu de participar nas suas Jornadas, pela confiança no meu trabalho e pela amizade demonstrada.

Por fim, mas não menos importante aos amigos de uma vida, que apesar de longe estão sempre perto do coração, Gonçalo, Inês e Wilson e aos “Pise no Pedal”. Às minhas colegas de curso, as “fofas” Ana Luísa, Sara, Sandrina, Sónia, Carla e companheira de “guerra”, Bárbara. Não posso deixar também de agradecer à D. Lúcia, a melhor senhoria e amiga que eu podia ter tido.

O Senhor é o meu pastor, nada me faltará. Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranquilas. Refrigerar a minha alma: guia-me pelas veredas da justiça, por amor do seu nome. (...) Certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida: e habitarei na casa do Senhor por longos dias.

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento concetual.....	1
1.1. Teoria da Vinculação – breve caracterização.....	1
1.2. Abuso e Negligência parental.....	3
1.3. Vinculação em famílias negligentes e/ou abusivas...	7
1.4. Consequências do Abuso e Negligência.....	8
II – Objetivos.....	10
III – Metodologia.....	11
3.1. Descrição da Amostra.....	11
3.2. Instrumentos.....	12
3.2.1. Questionário de Dados Sociodemográficos.....	13
3.2.2. IVIA – Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência – Versão auto e heteroavaliação...	13
3.2.3. CBCL – Inventario do comportamento da Criança para Pais.....	14
3.2.4. YSR – Questionário de Autoavaliação para Jovens.....	14
3.2.5. BSI – Inventário de Sintomas Psicopatológicos.....	15
3.3. Procedimentos.....	17
IV – Resultados	18
V – Discussão.....	21
5.1. Limitações do estudo.....	23
5.2. Sugestões para pesquisas futuras.....	24
VI - Conclusões.....	24
Bibliografia.....	25

Introdução

A *Teoria da Vinculação* resultou da conjugação de várias influências em John Bowlby (1940, 1943, 1958, 1960a, 1976), nomeadamente as suas bases psicanalíticas, os princípios comportamentais da Etologia e a sua experiência social na TavistockClinic (Mikulincer & Shaver, 2007). Esta teoria tem vindo a ser complementada com os contributos fundamentais de Ainsworth (1978), Main (1986), Hazan e Shaver (1987), Bartholomew (1991), Rutter (1997), Belsky (2005), entre outros. Deste modo, a *Teoria da Vinculação* constituiu-se uma teoria multifacetada da estrutura da personalidade, funcionamento e desenvolvimento individuais e, simultaneamente, uma teoria do comportamento interpessoal, dos laços emocionais e de relacionamentos próximos (Mikulincer & Shaver, 2007). Ao longo da nossa investigação analisar-se-á se existem ou não diferenças estatisticamente significativas entre o *Grupo CPCJ* (famílias sinalizadas nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens por Abuso ou Negligência) e o *Grupo de Controlo* em termos da qualidade da vinculação, ajustamento psicossocial das crianças/adolescentes e funcionamento psicológico dos progenitores.

I – Enquadramento concetual

1.1. Teoria da Vinculação – breve caracterização

A teoria de Bowlby tem como postulado o *Sistema de Vinculação* que consiste na tendência da criança para formar laços emocionais com os seus cuidadores. Para estabelecer estes laços, a criança recorre a um equipamento comportamental composto por alguns sistemas característicos da espécie, relativamente independentes uns dos outros no início, mas que, no decurso do desenvolvimento, se tornam organizados e orientados em relação à mãe e servem para ligar a criança a esta figura. Estes comportamentos (chupar, agarrar, seguir, chorar e sorrir) vão sendo integrados e focados na mãe durante o primeiro ano de vida, formando a base do que designou por *comportamentos de vinculação*. O desenvolvimento destes comportamentos decorre em quatro fases: a primeira, *a) orientação e sinais com uma discriminação limitada das figuras* que decorre até aproximadamente às oito/doze semanas (Soares, 2009). Durante este período o bebé tem algumas interações sociais mas não de forma voluntária. A segunda fase *b) orientação e sinais dirigidos para uma (ou mais) figura(s) discriminada(s)* não tem um início muito claro, na medida em que os comportamentos só progressivamente é que se diferenciam em função de certas figuras, em particular da figura parental. Nesta fase a orientação já é dirigida a uma ou mais figuras discriminadas, isto é, mostra comportamentos diferentes com pessoas diferentes, por exemplo, chora de acordo com quem lhe pega ao colo, sorri e vocaliza especialmente para certas figuras e mantém uma orientação visual e postural particular com a mãe (Soares, 2009). A criança

pode, agora, iniciar uma atividade e participar nas interações com o prestador de cuidados, mas não pode ainda desempenhar ou manter essa organização de forma independente (Soares, 2001). No final desta fase, a procura de proximidade é dirigida especialmente à figura de vinculação. A terceira fase, c) *manutenção da proximidade com uma figura discriminada através da locomoção e de sinais*, tem início por volta dos seis/sete meses e estende-se até aos dois anos (Soares, 2009). Aqui, a aprendizagem da locomoção e da linguagem permite a proximidade com a figura de vinculação. Por fim, na quarta fase, d) *formação de uma relação recíproca corrigida por objetivos*, corresponde à emergência da capacidade (ainda que relativa) de tomar o ponto de vista do outro e a uma maior sofisticação nos sistemas comportamentais corrigidos por objetivos (Soares, 2009), assistindo-se assim à formação de uma relação recíproca entre a criança e a figura de vinculação (Benavente, 2010; Bowlby, 1969/1982). Nesta fase, a criança consegue permanecer mais tempo separada da figura de vinculação.

O objetivo e a função biológica do *sistema de vinculação* correspondem à proteção e o seu funcionamento orienta-se no sentido de motivar o indivíduo, em situação desconhecida, de *stress* ou de perigo, a procurar proximidade de uma figura que lhe confira segurança - a *Figura de Vinculação*. As funções desta figura são: a) ser alvo de busca de proximidade; b) constituir o “porto de abrigo” (fonte de proteção, conforto, apoio e alívio); c) servir de “base segura”, permitindo que o elemento vinculado seja apoiante na ativação de outros sistemas motivacionais, como o da exploração (Costa, 2008). As outras figuras de vinculação que não a figura principal são designadas *Figuras Subsidiárias*.

Outro postulado desta teoria é que, desde os primeiros tempos de vida, com base nas experiências de vinculação, a criança vai construindo *modelos internos de funcionamento* que refletem o conhecimento e as expectativas acerca da figura de vinculação ao nível da sua acessibilidade, responsividade, consistência e previsibilidade (Ainsworth et al., 1978; Bowlby, 1980). A consolidação dos *modelos internos de funcionamento* decorre das interações repetidas entre a criança e a figura de vinculação, e estas experiências são organizadas internamente enquanto representações generalizadas sobre o *self* sobre as figuras de vinculação e sobre as relações com os outros. A construção destes modelos inicia-se logo após o nascimento da criança e continua ao longo da vida, na medida em que irão incorporar experiências decorrentes de relações posteriores (Hazan & Shaver, 1987). Associada ao conceito de *modelos internos de funcionamento* está a presunção da transmissão intergeracional das relações de vinculação (Meins, 1997). Ou seja, a forma como os pais respondem aos apelos da criança depende, em grande medida, dos seus próprios modelos internos de funcionamento e irá desempenhar um papel decisivo na formação dos modelos dos seus filhos (Benavente, 2010).

O percurso de investigação na área da vinculação desenvolveu-se a partir do método original da *Situação Estranha* desenvolvido por Ainsworth, que, identificou oito padrões de vinculação. O primeiro padrão identificado foi o (A) *Inseguro-Evitante*: as crianças com este tipo de vinculação

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

choravam com frequência e, mesmo quando agarradas às mães, exploravam pouco o espaço envolvente. Este grupo subdivide-se em dois subgrupos: o A1, em que é visível na criança um evitamento marcante para com a figura de vinculação nos episódios de reunião, e o A2 em que já há alguma manifestação de aproximação moderada, mas conjugada com um forte evitamento (Soares, 2009). Outro dos padrões é o (B) *Seguro*, em que as crianças choravam pouco na separação e pareciam à vontade na exploração do meio na presença da mãe. Neste grupo é possível distinguir quatro subgrupos: B1 e B2 que se caracterizam pela interação mais distante com a figura de vinculação, sobretudo nos episódios de reunião, através de sorrisos ou vocalizações, mais do que por aproximações. Enquanto no B1 há uma forte interação à distância, sem haver uma procura ativa de proximidade ou contato, podendo haver alguns comportamentos de evitamento, no subgrupo B2 há já alguma procura mais ativa de proximidade com a figura de vinculação (Soares, 2009). Nos subgrupos B3 e B4 a criança já procura a proximidade com a figura de vinculação. No B3 esta procura é mais visível (na literatura é apontado como o mais seguro) e no B4 esta procura aparece associada a alguma resistência ou ambivalência (Soares, 2009). O último padrão identificado por Ainsworth (1978) é o (C) *Inseguro-Ansioso/Ambivalente*, em que crianças não apresentavam diferenças de comportamento na relação com a mãe e outros adultos (Costa, 2008). Também aqui se podem distinguir dois subgrupos: o C1 em que a procura de contato está associada a uma irritação significativa, enquanto o subgrupo C2 revela sobretudo uma acentuada passividade, tendendo a manifestar mais comportamentos de sinalização face à mãe do que de aproximação ativa nos episódios de reunião (Soares, 2009). Existe ainda o padrão (D) *Desorganizado/Caótico* que não foi incluído originalmente no trabalho de Ainsworth. Foi identificado por Main e Solomon em 1986, quando observaram respostas em crianças vítimas de trauma significativo e/ou face a um comportamento assustador e imprevisível por parte da figura de vinculação. É caracterizado por comportamentos contraditórios, movimentos despropositados e assimétricos, estereotípias, sinais de apreensão em relação à figura parental, expressões de confusão, desorganização e desorientação (Soares, 2009). Nas amostras de risco, especialmente naquelas em que existem maus-tratos, a percentagem de bebés com indicadores de desorganização da vinculação cresce para o dobro ou o triplo (Soares, 2009; van Ijzendoorn, Schuengel, & Bakermans-kranenburg, 1999). É, comprovadamente o estilo que comporta maiores riscos de psicopatologia (National Institute of Child Health and Human Development, 2006).

1.2. Abuso e Negligência Parental

O abuso e a negligência de crianças/adolescentes decorrem essencialmente em contexto familiar, frequentemente associadas a *famílias multiproblemáticas*, embora estas não detenham o seu exclusivo, já que o maltrato infantil configura uma problemática transversal às várias configurações familiares e aos vários níveis socioeconómicos (Azevedo &

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

Maia, 2006). Os fatores contextuais que envolvem a *família multiproblemática* podem potencializar, mas não causar, a situação de abuso ou negligência parental. As famílias multiproblemáticas caracterizam-se pela instabilidade, desorganização, isolamento social, labilidade de fronteiras, alternando entre estilos parentais autoritários e permissivos, manifestando frequentemente patologias, assim como uma diminuída capacidade de resposta às necessidades dos filhos (Alarcão, 2006). A conjugação destas condições pode desembocar em situações de abuso e/ou negligência às crianças e adolescentes. Os padrões que emergem são envoltos em: a) sucessão de crises e problemas, b) trajetórias labirínticas e c) fronteiras permeáveis (Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007).

Neste tipo de famílias, as crises normativas ocorrem de forma acelerada, pois o ciclo de vida é vivido de forma mais rápida (os membros da família, principalmente, as mulheres assumem a gestão da vida doméstica e os cuidados aos irmãos em idades muito precoces, têm filhos muito cedo...), as crises de desenvolvimento tornam-se não normativas, pois ocorrem fora do tempo certo (p.ex. ser mãe adolescente...), as crises não normativas são em número elevado e uns acontecimentos reforçam os outros (Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007). De acordo com os mesmos autores, a vida das famílias multiproblemáticas organiza-se como uma emaranhada teia familiar caracterizada por muitos problemas, distribuídos por diversas categorias e com impacto na família, nos seus membros e na sua relação com o exterior. Tal como uma teia, a eliminação de um problema acarreta a eliminação ou diminuição de outros, mas não destrói a teia, que é mantida por outros problemas e pelas ligações entre eles. Concomitantemente, se um problema é resolvido, leva ao enfraquecimento de outros problemas, mas a fragilidade dos recursos familiares emocionais, financeiros e contextuais dificulta a dissolução da teia e uma real melhoria das condições de vida das famílias (Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007). Porém é preciso não esquecer que todas as famílias têm competências e recursos e constituem núcleos que diariamente resolvem problemas (Ausloos, 1986a).

Um considerável número de estudos (Antoni et al., 2007; Coulton et al., 2007; Francis & Wolfe, 2008; Guterman et al., 2009; Muller & Stollak, 1995; Sidebotham & Heron, 2006; Wolfe & McIsaac, 2011) tem como objetivo determinar os fatores de risco em contextos abusivos e negligentes, geralmente agregados em três categorias de características: a) dos progenitores/cuidadores; b) das crianças/adolescentes; c) do contexto familiar. Relativamente às características dos pais abusivos ou negligentes, Browne (1988) demonstrou no seu estudo a influência da perturbação mental clinicamente diagnosticada enquanto Belsky (1993) valorizou o papel de alguns atributos psicológicos ou da personalidade de alguns destes abusadores. De acordo com Machado (1996), poderão existir algumas experiências de vida dos pais ou características de personalidade que favoreçam a ocorrência do mau trato. Egeland, Breitenbucher e Rosenberg (1980) concluíram que estes progenitores tendem a ter elevados níveis de ansiedade e agressividade, e as mães maltratantes percebem os seus filhos

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

como mais difíceis ou diferentes e tendem a sobrevalorizar os problemas comportamentais de externalização destes últimos (Lau, Valeri, McCarty, & Weisz, 2006). Milner (1998) veio acrescentar que estes progenitores interpretam os comportamentos dos seus filhos como dotados de más intenções e tendem a classificar os comportamentos da criança como negativos. De acordo com este autor, os problemas de tipo neurológico, cognitivo, psicossomático ou físico afetam as competências para lidar com os problemas da família (caraterística associada ao abuso físico de crianças). Outras caraterísticas indicadas pela pesquisa são: o estilo atribucional e a reatividade negativa (Belsky, 1993), a baixa sensibilidade e responsividade (Crittenden, 1993), ausência de competências parentais (Hines, Kantor, & Holt, 2006), desordem de personalidade antissocial e abuso de substâncias psicoativas (Ondersma, 2007), existência de práticas disciplinares ineficazes (e.g. não colocar limites aos filhos), a prática disciplinar divergente entre os pais e a crença de que a punição física é educativa; comportamentos agressivos (e.g. violência conjugal, violência transgeracional, relação agressiva entre pais-filho e conflito com a lei) (Antoni et al., 2007), menor consciência das dificuldades e exigências relacionadas com a parentalidade (Egeland et al., 1980). Outro dos fatores que tem sido associado à génese das interações desadequadas e conseqüente mau trato relaciona-se com o facto de os progenitores implicados nas agressões apresentarem experiências de vinculação precoce de tipo não seguro (Benavente, 2010). No que respeita às caraterísticas das vítimas, a literatura aponta a idade, o sexo, o comportamento, os problemas de saúde ou de desenvolvimento e o temperamento (Benavente, 2010). Os estudos acerca desta temática mostram que as crianças mais novas são mais vulneráveis ao risco (Belsky, 1993), sendo que o período de maior vulnerabilidade corresponde aos dezoito meses de idade da criança (Nair, Schuler, Black, Kettinger, & Harrington, 2003). As limitações cognitivas das crianças pequenas levam ao uso mais frequente da força física por parte dos progenitores/cuidadores (Benavente, 2010). O estudo de Rieder e Cicchetti (1989) identificou que as crianças vítimas de abuso ou negligência tendem a exhibir, desde a idade escolar, maior agressividade, maiores dificuldades ao nível do autocontrolo e do equilíbrio afetivocognitivo, falhas ao nível das competências sociais e dificuldades de aprendizagem. Outras caraterísticas identificadas foram a existência de perturbação psicopatológica, problemas comportamentais (Hamilton et al., 1999), problemas médicos nos primeiros tempos de vida, deficiência (Knutson, 1995), irritabilidade e o temperamento difícil (Figueiredo, 1998a; Muller & Stollak, 1995). Em relação à vinculação, a investigação tem vindo a mostrar que em crianças maltratadas predomina a vinculação evitante, exceto as vítimas de abuso físico que mostram predominância de uma vinculação ansiosa/ambivalente (Finzi, Ram, Har-Even, Shnit, & Weizman, 2001). As crianças vítimas de uma combinação de abuso e negligência tendem a mostrar predominantemente uma vinculação desorganizada ou ansiosa/evitante (Hughes, 2004).

No que concerne ao funcionamento familiar nas famílias com abuso/negligência de crianças, tem-se vindo a assistir ao reconhecimento de

que este fenómeno decorre de perturbações relacionais na relação cuidador/criança, não se tratando apenas de problemas de tipo individual. Assim, a alteração no paradigma da etiologia do abuso e da negligência na infância implica que se considerem os contributos do agressor e da vítima, bem como outras variáveis contextuais importantes (Benavente, 2010). Segundo a pesquisa, as interações entre os pais abusivos e os seus filhos são, na generalidade, menos prazerosas (Belsky, 1993) e mais pobres do ponto de vista afetivo (Egeland et al., 1980) do que as que ocorrem em famílias de pais não abusivos (Benavente, 2010). Minuchin et al. (1967a, 1967b, cit. in Cancrini et al., 1997) defendem que a desorganização destas famílias se deve essencialmente à sua estrutura caótica e à comunicação disfuncional existente. Quanto à estrutura, são maioritariamente famílias numerosas (Brown et al., 1998), monoparentais e os seus membros encontram-se dispersos, com um percurso de ruturas e reconstruções que configuram genogramas complexos e por vezes confusos (Antoni et al., 2007; Sidebotham & Heron, 2006; Wolfe & McIsaac, 2011). Apresentam limites geralmente difusos (maleáveis, com interferências) e problemas de hierarquia (não existe uma hierarquia bem definida, que deveria ser de relações horizontais dentro do mesmo sistema e relações verticais, entre sistemas), o que facilita a transmissão dos padrões de desorganização (Cancrini, 1997). Já quanto à comunicação, observam-se padrões incongruentes de comunicação verbal e não verbal, o que traduz ambivalência relacional, habitualmente ancorada a uma história de desordens vinculares transgeracionais (Hurst et al., 1996). A ambivalência e a incongruência na comunicação enquadram uma dificuldade para interpretar adequadamente a mensagem que irá pôr em causa a empatia e a relação de confiança entre os comunicadores.

No que respeita à interação entre pais e filhos nos contextos de abuso/negligência, existe uma menor comunicação verbal e tende a realçar os aspetos negativos da relação (Belsky, 1993; Burgess & Conger, 1978). Crittenden (2006a) defende o predomínio de um padrão de hostilidade disfarçada e de ações intrusivas e controladoras por parte das progenitoras, com estas revelando uma acentuada falta de sensibilidade para com os comportamentos e as necessidades da criança (Figueiredo, 1998a). Já as crianças maltratadas raramente iniciam a interação, evitam o contacto face a face e a proximidade física com a mãe (Schneider-Rosen, Braunwald, Carlson, & Cicchetti, 1985).

O abuso pode verificar-se a vários níveis, nomeadamente físico, psicológico, sexual, exploração do trabalho infantil, entre outros. Este trabalho foca-se especificamente no abuso e na negligência, uma vez que são os mais prevalentes na população portuguesa.

O *abuso físico* é o tipo de abuso melhor documentado, por ser mais facilmente identificável devido às consequências que provoca nas suas vítimas (Benavente, 2010). É definido pelo uso da força física contra crianças ou adolescentes por parte dos seus cuidadores (De Antoni, Barone, & Koller, 2007). É mais facilmente diagnosticado quando provoca lesões orgânicas como as cutâneas, ósseas, oculares e neurológicas provocadas por

agressões físicas (com recurso ou não a objetos), queimaduras, mordidas, tapas e socos (De Antoni, Barone, & Koller, 2007).

O *abuso psicológico* integra comportamentos de humilhação, rejeição, isolamento, indiferença, crítica excessiva e contínua, difamação, acusações repetidas, insultos e ameaças dos progenitores/cuidadores para com a criança. O abuso psicológico inclui também situações em que a criança/adolescente é aterrorizada, explorada, ou vítima de abuso físico, sexual ou de negligência/abandono (Glaser, 2011; Slep, Heyman, & Snarr, 2011; Wolfe & McIsaac, 2011). Os três critérios específicos para o diagnóstico de abuso psicológico são: a) a criança é significativamente prejudicada (evidencia sintomatologia psicológica); b) a criança não mostra sintomas significativos mas os episódios de abuso geram medo (verbalizado ou exibido) de lesões corporais e ansiedade; c) nenhuma das alíneas acima descritas é manifesta mas fatores externos fazem ponderar que a criança poderá vir a ter problemas de desenvolvimento ou tem grande probabilidade de lhe vir a ser diagnosticado algum transtorno psiquiátrico como consequência do(s) episódio(s) de abuso(s) (Slep, Heyman, & Snarr, 2011).

Considera-se *abuso sexual* qualquer experiência sexual, forçada ou não, que vai de formas mais passivas, como a exibição de pornografia, até à relação sexual (genital, anal ou oral), passando pelo recurso à criança para produção de pornografia infantil, que pode num presente imediato ou num futuro mais longínquo, provocar trauma e dificuldades de desenvolvimento na criança” (Alberto, 2004).

A *negligência* não traduz apenas a falha de um progenitor em satisfazer as necessidades básicas da criança (e.g., vestuário e supervisão) mas também na omissão em dar afeto positivo, atenção e receptividade (Wilson et al., 2008), ou seja, as necessidades afetivas, sociais, físicas e intelectuais da criança são ignoradas (Alberto, 2008).

1.3. Vinculação em famílias negligentes e/ou abusivas

São várias as investigações que têm vindo a corroborar a hipótese das crianças vítimas de abuso/negligência apresentarem padrões de vinculação inseguros assim como de que as características da interação entre a criança maltratada e o agressor, conjugadas com o aumento de dificuldades comportamentais nas vítimas, promovem a manutenção do abuso (Crittenden, 1985). Na investigação com amostras de crianças vítimas de abuso físico encontram-se percentagens de padrões de vinculação insegura que variam entre os 70% e os 100% (Cicchetti, 1987). Estes dados indicam que a presença do abuso [físico] intrafamiliar revela uma fragilidade das relações e de vulnerabilidade da família, nomeadamente no que respeita aos padrões de vinculação entre os membros no contexto familiar, com baixa coesão entre eles e estrutura hierárquica com centralização de poder na figura parental (De Antoni, 2007).

Em investigação assente na *Situação Estranha* onde foram observadas crianças vítimas de abuso/negligência, surgiu a necessidade de acrescentar

um quarto padrão aos três já identificados previamente, o padrão desorganizado/caótico (D). Este padrão está estreitamente relacionado com a investigação desenvolvida com amostras de alto-risco (crianças abusadas). No estudo de Crittenden (1988a) observou-se um elevado número de crianças maltratadas cuja classificação foi o padrão (D), sendo que 70% das crianças abusadas e 100% das crianças simultaneamente abusadas e negligenciadas apresentavam este padrão. O que poderá levar as crianças maltratadas a desenvolverem este tipo de padrão será o aparecimento prematuro do medo e a influência deste na capacidade de autorregulação. O comportamento parental percebido pela criança como assustador parece ser um importante preditor da vinculação de tipo D (Benavente, 2010). Segundo Main et al. (1990) o padrão desorganizado/caótico (D) é observável em bebés com idades compreendidas entre os doze e os dezoito meses na presença da figura de vinculação (durante os episódios de reunião) e incluem: sequência ou simultaneidade de padrões de comportamento contraditório, movimentos e expressões de estupefação ou medo, desorientação, imobilização ou apreensão quando a figura de vinculação se aproxima, movimentos incompletos ou não dirigidos, mudanças súbitas de afeto, estereotípias e posturas anómalas.

Os modelos internos de relacionamento interpessoal elaborados pelas crianças maltratadas traduzem a insegurança e o medo originados na relação da díade mãe filho. As relações que estas crianças virão a ter com os outros serão relações de aproximação evitamento, o que levará à ocorrência de padrões desajustados de relacionamento (Figueiredo, 1998a). Para além do impacto do abuso ou negligência na vinculação, os padrões de interação com o prestador de cuidados têm merecido a atenção dos investigadores (Benavente, 2010). Lyons-Ruth et al (1987) realizaram uma pesquisa que possibilitou a caracterização dos padrões de interação de mães abusivas com os seus filhos. As dificuldades de relacionamento ficaram bem salientes em aspetos simples, como por exemplo, na forma como a criança era posta na cama, nas agressões físicas, na ausência de uma adequada supervisão e prestação de cuidados e, também, em aspetos mais subtis da interação, que incluem indicadores não verbais. A hostilidade materna foi associada ao evitamento da criança, enquanto a ausência de uma comunicação responsiva por parte da mãe foi associada à resistência ou a uma mistura de evitamento e resistência (Lyons-Ruth et al., 1987).

Najmi et al. (2009) concluíram que a existência de comportamento perturbado por parte da mãe e o conseqüente desenvolvimento de uma vinculação insegura eram preditores de um comportamento hostil e agressivo na criança.

1.4. Consequências do abuso e negligência

De acordo com Collishaw et al. (2007) as implicações no desenvolvimento psicológico das crianças vítimas de abuso e negligência estão bem documentadas e incluem: atrasos cognitivos, baixo Q.I., anomalias neuropsicológicas, risco aumentado de depressão, suicídio,

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

transtornos de ansiedade, transtorno de *stress* pós-traumático e somatizações. Hart et al. (2010) destacam como consequência do abuso/negligência: ansiedade, depressão, baixa autoestima, desenvolvimento de vinculações inseguras ou desorganizadas, isolamento social e baixa empatia. Ainda de acordo com estes autores, as crianças vítimas de maus-tratos correm maiores riscos de terem insucesso escolar. Os principais problemas de comportamento nas vítimas de abuso e negligência são a oposição, a agressividade, comportamento antissocial, abuso de drogas, dificuldades na regulação do afeto e transtornos alimentares (Hart et al., 2010).

Wolfe e McIsaac (2011) defendem que, à medida que a criança vai crescendo e vai interagindo com os seus pares e outros adultos, a sua dificuldade na regulação emocional mostra-se mais problemática. As suas estratégias adaptativas, tais como a hipervigilância e o medo tornam-nas altamente sensíveis a situações encaradas como ameaçadoras ou perigosas. Como os seus pais, as crianças maltratadas tendem a interpretar de forma hostil as intenções dos seus pares e professores. Dada esta propensão para atribuir intenções hostis aos outros, a sua falta de empatia e habilidades sociais, não é surpreendente que as crianças abusadas e negligenciadas sejam rejeitadas e que se verifiquem problemas graves na escola e no seu ajustamento interpessoal. Hoffman-Plotkin et al. (1984) constataram que as crianças negligenciadas são as que exibem mais comportamentos de retirada/evitamento na interação com os pares e as crianças abusadas parecem apresentar padrões desadaptados, quer nas relações criança adulto, quer nas interações com os seus pares.

O abuso psicológico parece estar associado a uma ampla gama de problemas comportamentais, emocionais e sociais (Tonmyret al., 2011). Donovan e Brassard (2011) compilaram um conjunto de pesquisas e concluíram que os efeitos mais frequentes do abuso psicológico em amostras comunitárias são a depressão, a ausência de perspectivas de futuro, o aumento da raiva/agressividade e a baixa autoestima. Em amostras clínicas surgem as tentativas de suicídio e automutilação, sentimentos de culpa, falta de perspectivas futuras, baixa autoestima e sintomas de *stress* pós-traumático. Nesta metanálise, Donovan e Brassard (2011) verificaram que os efeitos a nível comportamental e de ajustamento social associados com o abuso psicológico são uma maior probabilidade de delinquência, de problemas de conduta, fuga de casa, de violência, de uso e tráfico de substâncias, de isolamento social, baixa competência social, de problemas de ajustamento, de problemas interpessoais, de posse de arma, de menor aceitação social, de hostilidade, de problemas de internalização/externalização e de se tornar um agressor sexual.

Afifi et al. (2006) verificaram que crianças vítimas de abuso físico eram mais propensas a sofrer de depressão major, enquanto algumas pesquisas têm evidenciado a associação entre as perturbações do comportamento alimentar, o abuso sexual e o abuso psicológico (Mullen et al., 1996). O abuso físico está positivamente associado a problemas de comportamento e à falta de ajustamento social como o abuso ou dependência de álcool e problemas de externalização (Afifi et al., 2006). Nas crianças

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

fisicamente abusadas observa-se um maior número de comportamentos de agressão física e verbal, quando comparadas com vítimas de outro tipo de abuso ou de negligência (George & Main, 1979).

Por sua vez, Wonderlich et al. (1997) concluíram que o abuso sexual na infância é um fator de risco para o aparecimento de bulimia nervosa, parecendo estar mais fortemente associada a esta patologia do comportamento alimentar do que à anorexia nervosa. Os autores, num estudo em 2000, revelaram que as crianças vítimas de abuso sexual, quando emocionalmente perturbadas, tendem a desenvolver restrições alimentares, apresentando uma tendência para fazer dieta de emagrecimento, numa tentativa para colmatar a insatisfação com o seu corpo, a sua forma e peso, tendo como objetivo final conseguir o corpo perfeito (Wonderlich et al., 2000). Uma outra investigação acerca do impacto do abuso sexual sobre o funcionamento psicológico concluiu que a vinculação segura pode atuar como protetora dos efeitos adversos daquelas experiências (Aspelmeier et al., 2007). Noutro estudo (Swanston, Tebbutt, O'Toole, & Oates, 1997) observou-se um maior número de comportamentos desadequados, autoestima mais baixa, mais sentimentos de tristeza e de ansiedade, maior probabilidade de autoagressões e tentativas de suicídio em crianças vítimas de abuso sexual quando comparadas com crianças não abusadas. Stovall-McClough e Cloitre (2006) registaram uma relação entre a história de abuso sexual ocorrido na infância e o abuso de substâncias (álcool e drogas). A investigação tem mostrado que quando a agressão sexual é perpetrada pela prestadora de cuidados, o risco de doença mental aumenta. Nos casos em que o agressor é do sexo masculino, há maior tendência para dificuldades sexuais na vida adulta (Mullen et al., 1996).

II - Objetivos

A literatura diz-nos que as interações entre os progenitores abusivos/negligentes e os seus filhos são, na generalidade, menos prazerosas, mais pobres do ponto de vista afetivo, desenvolvendo vinculações mais inseguras do que as que ocorrem em famílias não maltratantes. Assim, a presente investigação tem como objetivos:

- a) Avaliar se a vinculação nas crianças e adolescentes vítimas de negligência/abuso (amostra da CPCJ) é significativamente diferente das do Grupo de controlo (sem abuso nem negligência);
- b) Analisar se o funcionamento dos progenitores (BSI) e a pertença a cada uma das amostras (CPCJ vs Controlo) são preditores do tipo de vinculação na perspetiva dos pais (IVIA);
- c) Analisar se os três estilos de vinculação medidos pelo IVIA na perspetiva dos pais são preditores do ajustamento psicossocial de crianças e adolescentes (CBCL);
- d) Identificar se o ajustamento psicossocial (YSR) e os estilos de vinculação (IVIA autorrelato) na perspetiva das crianças/adolescentes são

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

diferentes em função de serem vítimas (amostra CPCJ) ou não serem vítimas (amostra Controlo);

e) Caracterizar a relação entre a variável Idade e os estilos de vinculação medidos pelo IVIA, na versão autorrelato.

III – Metodologia

3.1. Descrição da Amostra

A amostra é constituída por 30 famílias identificadas com abuso/negligência em CPCJ e 30 famílias da população geral num total de 89 progenitores/cuidadores (Grupo de controlo e Grupo CPCJ) sendo que 57 são do sexo feminino e 32 do sexo masculino e por um total de 60 crianças/jovens dos 7-16 anos (Grupo de controlo e Grupo CPCJ), 28 do sexo feminino e 32 do sexo masculino. A amostra foi recolhida de outubro de 2011 a maio de 2012. O Grupo de CPCJ foi recolhido nas CPCJ's de Castelo Branco, Coimbra, Sertã e Fundão e o Grupo de Controlo foi recolhido na população geral, numa amostragem por conveniência.

Amostra Progenitores/Cuidadores

Relativamente ao *sexo*, o Grupo de Controlo tem 29 indivíduos (61.7%) do sexo feminino e 18 do sexo masculino (38.3%). Já o Grupo CPCJ tem 28 mulheres (66.7%) e 14 homens (33.3%). A distribuição pelos dois grupos em função do sexo é equivalente ($\chi^2(1) = 0.237$, $p=.626$) (ver anexos A1 e A2). Considerando a *Idade* dos progenitores, no Grupo de Controlo as idades variam entre os 32 e os 57 anos ($M=41.23$; $DP=5.821$), enquanto no Grupo da CPCJ variam entre os 26 e os 61 anos ($M=43.29$; $DP=7.276$). De acordo com o teste t de student [$t(87) = -1.476$, $p=.144$], não há diferenças estatisticamente diferentes nas idades dos adultos dos dois grupos.

No que concerne às *habilitações literárias*, variam entre o nível inferior ao 4º ano e o ensino superior. No Grupo de Controlo o nível com maior prevalência é o 6º ano com 38.3%, já no Grupo CPCJ é o 9º ano com 35.7% (ver anexo A1), todavia, a distribuição nos dois grupos é equivalente, de acordo com o teste do Qui-quadrado ($\chi^2(5) = 2.653$, $p=.809$).

Quanto ao *número de filhos*, 44.94% da amostra total tem apenas um filho. O Grupo de Controlo tem com mais frequência dois filhos (44.68%), e o Grupo CPCJ tem com mais frequência apenas um filho (54.76%). As distribuições entre os dois grupos são, contudo, similares ($\chi^2(3) = 6.364$, $p=.077$). Foi realizado o teste do Qui-quadrado porque o número de filhos foi organizado por categorias.

No que respeita às *formas de família*, a família nuclear intacta é a forma de família com maior prevalência em ambos os grupos (Grupo de Controlo=82.98%; Grupo CPCJ= 61.91%). Também nesta dimensão os grupos são similares ($\chi^2(3) = 5.002$, $p=.169$).

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

Analisando o nível socioeconómico do Grupo de Controlo, 80.85% dos indivíduos apresentam um nível baixo, enquanto no Grupo CPCJ 76.19% dos indivíduos pertencem a este estrato social (ver anexo A1). A distribuição por nível socioeconómico nos dois Grupos é equivalente ($\chi^2(2) = 1.237, p=.696$).

Amostra Crianças/Adolescentes

Este grupo está subdividido em Grupo de Controlo, representado na tabela por “sem abuso nem negligência” (50%), e Grupo CPCJ subdividido em “abuso físico” (6.7%), “negligência” (33.3%) e “abuso psicológico” (10%) (ver tabela 1).

Tabela 1: Distribuição de crianças/ adolescentes por subgrupos (abuso, negligência, controlo)

	N	% Válida
Abuso físico	4	6.7
Negligência	20	33.3
Abuso psicológico	6	10.0
Sem abuso nem negligência	30	50.0
Total	60	100.0

No que concerne ao *sexo* das crianças/adolescentes, o Grupo de Controlo tem 43.33% do sexo feminino e 56.66% do sexo masculino. Já o Grupo CPCJ tem 50% do sexo feminino e do sexo masculino. A distribuição em função do sexo é equivalente nos dois Grupos ($\chi^2(1) = 0.268, p=.605$).

A *idade* das crianças/adolescentes varia entre os 7-16 anos, com uma média de 11.33 (DP=2.702) no Grupo de Controlo e uma média de 11.67 (DP=3,133) no Grupo CPCJ. Também aqui as diferenças não são estatisticamente significativas, o que permite concluir que as variâncias são homogéneas, [t(58)= -.441, p=.661].

O *nível de escolaridade* das crianças varia entre o 1º e o 12º ano. No Grupo de Controlo a maior prevalência é no 9º ano com 33.33%, já no Grupo CPCJ é o 6º ano com 36.67%, contudo, a distribuição pelos diferentes anos é equivalente nos dois Grupos ($\chi^2(4) = 2.990, p=.562$).

3.2. Instrumentos

Nesta investigação usaram-se três protocolos, um para os progenitores/cuidadores, outro para os jovens (12 -17 anos) e outro para crianças (7 - 11 anos). Considerando que os protocolos eram administrados a famílias, o protocolo dos progenitores/cuidadores tinha uma folha inicial de informação aos participantes acerca da investigação, seguida do consentimento informado, da autorização de participação dos o(s) filho(s) e um questionário sociodemográfico. Os instrumentos que compunham o

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

protocolo dos progenitores/cuidadores pretendem avaliar a percepção sobre a vinculação dos filhos (IVIA – versão pais), a percepção em torno das competências sociais e dos problemas do comportamento dos filhos (CBCL) um inventário de sintomas psicopatológicos (BSI). Os protocolos dos filhos são compostos pelo questionário sociodemográfico, por uma escala de Vinculação (IVIA – versão autorrelato) e por um inventário de competências sociais e problemas do comportamento (YSR, apenas para os adolescentes).

3.2.1. Questionário de Dados Sociodemográficos

Este questionário orienta a recolha da seguinte informação: idade, género, profissão, nível de escolaridade, estado civil, composição do agregado familiar, parentesco, avaliar a percepção do indivíduo acerca do *stress* da família, da qualidade de vida da família, recursos/capacidades da família para lidar com os problemas/dificuldades e adaptação da família às dificuldades e ainda recolher informação sobre a etapa do ciclo vital da família e o nível socioeconómico.

3.2.2. IVIA – Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência – Versão auto e heteroavaliação (Carvalho, Soares, & Batista, 2006)

Foram utilizadas as versões de auto e hetero avaliação, compostas por 37 itens cada, com um formato de resposta em escala tipo Likert de 5 pontos em que 1 corresponde a *Nunca* e o 5 corresponde a *Sempre*. Este instrumento tem como base os pressupostos teóricos de Bowlby (1969; 1973; 1980) e Ainsworth et al. (1978), pode ser aplicado coletiva ou individualmente e permite obter um resultado para cada uma das dimensões que o compõem, *vinculação segura* (14 itens), *ansiosa/ambivalente* (13 itens) e *evitante* (10 itens), dado pelo somatório das respostas dos participantes aos itens relevantes em cada dimensão, sendo que os resultados mais elevados refletem uma maior frequência dos comportamentos e representações da vinculação avaliados em cada dimensão (Carvalho, 2007). A dimensão *vinculação segura* mede características relacionadas com a confiança, procura de ajuda, autorrevelação e procura de proximidade. Já as dimensões de vinculação *insegura (ansiosa/ambivalente e evitante)* medem características como o medo de abandono/rejeição, expectativas negativas e independência (Carvalho et al., 2007).

Estudos de Precisão

No estudo inicial de Carvalho, Soares e Batista (2006), na versão de autoavaliação os valores de consistência interna obtidos foram de $\alpha = .83$ (vinculação segura), $\alpha = .85$ (vinculação ansiosa/ambivalente) e $\alpha = .71$ (vinculação evitante). Na versão de heteroavaliação, os valores de consistência interna obtidos foram iguais a $\alpha = .81$ (vinculação segura), $\alpha =$

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

.82 (vinculação ansiosa/ambivalente) e $\alpha=.72$ (vinculação ansiosa/ambivalente). Nas duas versões as correlações ítem-total variaram entre .40 e .70 confirmando a fidelidade das dimensões obtidas (Carvalho, 2007).

Na nossa amostra, para cada um dos dois Grupos, obtiveram-se resultados de consistência interna bons em ambas as versões, considerando o total da escala. No *Grupo de Controlo* na versão autoavaliação a escala total obteve um valor de $\alpha = .827$. Verificam-se algumas correlações baixas entre alguns itens (10, 19, 20, 21, 24 e 32), mas a retirada de qualquer item não influenciaria o valor de consistência interna da Escala. No *Grupo CPCJ* o valor de *Alpha de Cronbach* obtido foi de $\alpha = .889$ e os itens com correlações mais baixas são os itens 12, 13, 20 e 24. Nesta versão os valores de consistência interna que se obtiveram foram $\alpha = .91$ para a Vinculação Segura, $\alpha = .80$ para a Vinculação Ansiosa Ambivalente e $\alpha = .63$ para a Vinculação Evitante.

Na versão heteroavaliação o *Grupo de Controlo* na escala total obteve um valor de $\alpha = .846$. O item 17 apresentou uma correlação baixa mas como a retirada não iria influenciar o valor da consistência interna da escala. O *Grupo CPCJ* obteve um valor de *Alpha de Cronbach* de $\alpha = .853$. Os itens com correlações mais baixas são os itens 3, 20, 24 e 34 mas não melhoravam substancialmente o coeficiente da escala global caso fossem eliminados. Nesta versão, os valores de consistência interna obtidos foram $\alpha = .87$ para a Vinculação Segura, $\alpha = .81$ para a Vinculação Ansiosa Ambivalente e $\alpha = .605$ para a Vinculação Evitante.

3.2.3. CBCL – Inventário do Comportamento da Criança para Pais (Achenbach & Edelbrock, 1983; Achenbach, 1991; versão portuguesa: Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira, & Cardoso, 1994)

A versão original deste questionário foi desenvolvida por Achenbach (1991) e a versão portuguesa (adaptação e aferição) foi feita por Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira e Cardoso (1994). Este instrumento permite avaliar as competências e os problemas de comportamento da criança/adolescente, com base na informação fornecida pelos pais ou seus substitutos considerando como referência temporal os últimos seis meses (Fonseca et al., 1994). Está dividido em duas secções principais: na primeira constam questões relativas a áreas como a participação em desportos ou passatempos, a segunda parte é constituída por 120 itens (dois deles de resposta aberta) acerca de diversos problemas do comportamento. É respondido numa escala tipo Likert de três pontos (0=não é verdadeiro, 1=às vezes ou em parte verdadeiro, 2= muitas vezes verdadeiro). A informação recolhida através do CBCL permite obter três tipos de resultados: um resultado global que representa a dimensão geral dos problemas do indivíduo, um resultado específico para cada uma das nove dimensões (*Oposição, Agressividade, Hiperatividade/Problemas de atenção, Depressão, Problemas Sociais, Queixas Somáticas, Isolamento, Ansiedade, Obsessivo – Esquizoide*) e um resultado para cada um de dois “clusters” (problemas de comportamento externalizante e problemas de comportamento internalizantes).

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

Estudos de Precisão

Os estudos realizados até agora têm revelado boas qualidades psicométricas (Fonseca et al., 1994). Os valores de *Alpha de Cronbach* obtidos por Achenbach variam entre $\alpha = .62$ a $.96$ enquanto na amostra portuguesa variam entre $\alpha = .61$ a $.83$, reveladores de uma consistência interna aceitável. Os resultados revelam também uma boa estabilidade temporal em intervalos de um e dois anos ($r = .56$ a $r = .72$) (Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira, & Cardoso, 1994).

A nossa amostra também apresenta resultados reveladores de boa consistência interna em ambos os grupos para a escala total. No *Grupo de Controlo* a escala total obteve um valor de $\alpha = .937$. O valor médio do índice do total da escala é de 30.74 (DP= 18.744). Os itens com correlações mais baixas com o total do questionário são os itens 5, 15, 18, 20, 32, 39, 44, 56a, 56c, 56d, 73, 79, 90, 96, 98 e 111, no entanto não se excluiu qualquer item porque isso não influenciaria o valor de consistência interna. No *Grupo CPCJ* o valor de *Alpha de Cronbach* obtido foi de $\alpha = .993$. O valor médio do índice total da escala é de 49.43 (DP= 53.793). O item com correlação mais baixa com o total do questionário é o item 56d ($r = .263$).

3.2.4. YSR – Questionário de Autoavaliação para jovens (Achenbach & Edelbrock, 1987; Achenbach, 1991; versão portuguesa de Fonseca & Monteiro, 1999)

O Youth Self Report é um questionário de autoavaliação para jovens entre os 11 e os 18 anos, composto por uma descrição simples de comportamentos problemáticos da criança/jovem, que devem ser cotados com 0 se a afirmação não é verdadeira, com 1 se a afirmação é algumas vezes verdadeira ou 2 se a afirmação é muito verdadeira. Tal como no CBCL os participantes devem ter em conta os últimos seis meses. As vantagens em relação a outros métodos de avaliação reside no facto de a sua utilização ser económica, rápida, flexível e pouco incómoda para as crianças ou adolescentes que têm de os preencher (Fonseca & Monteiro, 1999), e o facto deste instrumento ter versões correspondentes para pais e professores o que permite validar a informação prestada pela criança/adolescente acerca da perceção que tem de si e das suas competências/dificuldades individuais e grupais, e proporcionar ao mesmo tempo uma visão mais complexa e matizada dos seus problemas (Fonseca & Monteiro, 1999).

Como o CBCL, a análise e a utilização portuguesa incidem apenas na segunda parte. É constituída por 119 itens dos quais 103 estão relacionados com problemas específicos do comportamento e 16 dizem respeito a comportamentos socialmente desejáveis. A versão mais recente tem as mesmas oito escalas para rapazes e raparigas, pais e professores. As escalas identificadas são: 1) Evitamento Social, 2) Queixas somáticas, 3) Ansiedade e Depressão, 4) Problemas Sociais, 5) Problemas de Atenção, 6) Problemas de Pensamento, 7) Comportamento Agressivo e 8) Comportamento

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

Delinquente. Os resultados obtidos por Fonseca e Monteiro (1999) são em parte diferentes dos encontrados por Achenbach e seus colaboradores, pois a solução que mostrou ser mais adequada para a população portuguesa parece ser a de seis dimensões que só em parte tem correspondência na versão americana. As seis dimensões são: 1) *Comportamento Antissocial*, 2) *Problemas de Atenção/Hiperatividade*, 3) *Ansiedade/Depressão*, 4) *Isolamento*, 5) *Queixas Somáticas* e 6) *Problemas de Pensamento*. Além da pontuação específica para cada uma destas dimensões o YSR fornece também um score global de psicopatologia que consiste na soma dos pontos obtidos em cada um dos itens relativos a problemas do comportamento (Fonseca & Monteiro, 1999). Análises fatoriais de segunda ordem permitiram extrair dois fatores –Externalização (corresponde a dimensões cujas problemáticas incidem em conflitos com o ambiente) e Internalização (envolvem essencialmente conflitos com o self). Para além dos comportamentos problemáticos, este instrumento contém ainda um grupo de itens relacionados com competências, atividades e interesses sociais.

Estudos de Precisão

Os valores da consistência interna do YSR variam entre $\alpha = .70$ e $\alpha = .80$ e as correlações entre cada item e o total da escala são geralmente boas, superiores a $\alpha = .30$. O coeficiente de teste-reteste foi de $r = .83$ para o Total de problemas, revelando uma boa estabilidade temporal (Fonseca & Monteiro, 1999).

Na nossa amostra para o Grupo de Controlo o valor de *Alpha de Cronbach* obtido foi de $\alpha = .908$. O valor médio do índice do total da escala é de 55.75 (DP=18.024). Verificou-se que a maioria dos itens obteve uma correlação moderada com o total da escala, à exceção de 16 itens (4, 22, 29, 30, 40, 48, 54, 55, 56d, 58, 60, 61, 79, 80, 93 e 105). A retirada de qualquer item não influenciaria o valor de consistência interna. No Grupo CPCJ o coeficiente de consistência interna obtido foi de $\alpha = .92$. O valor médio do índice total da escala é de 71.71 (DP=21.755). Apesar da correlação moderada com a escala total, alguns dos itens têm correlações mais fracas (1, 3, 4, 8, 15, 17, 26, 53, 55, 56a, 60, 62, 69, 73, 77, 78, 86, 92, 93 e o 99).

3.2.5 - BSI – Inventário de Sintomas Psicopatológicos (Derogatis, 1993; Versão portuguesa: Canavarro, 1999)

O BSI é um questionário de autorresposta constituído por 53 itens que devem ser respondidos numa escala de tipo Likert de cinco pontos que vai de 0 (Nunca) a 4 (Muitíssimas vezes). O respondente deverá ter em conta o grau em que cada problema o afetou na última semana. Tem como objetivo avaliar a sintomatologia psicopatológica em nove dimensões básicas de sintomatologia e três Índices Globais (avaliações sumárias de perturbação emocional). As nove dimensões são: a) *Somatização*, b) *Obsessões-compulsões*, c) *Sensibilidade interpessoal*, d) *Depressão*, e) *Ansiedade*, f)

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Hostilidade, g) *Ansiedade fóbica*, h) *Ideação paranoide* e i) *Psicoticismo* (Canavarro, 1999).

Estudos de Precisão

As características psicométricas da versão portuguesa do BSI revelam uma boa consistência interna do instrumento. Os valores globais das escalas encontram-se entre $\alpha=.70$ e $\alpha=.80$ (exceto os valores das escalas de Ansiedade Fóbica $\alpha=.62$ e de Psicoticismo $\alpha=.621$) (Canavarro, 1999). Na nossa amostra, o Grupo de Controloregistou uma boa consistência interna na escala global $\alpha=.972$. Apenas o item 47 obteve uma correlação moderada com o total da escala ($r=.191$). O valor médio do índice total da escala é de 90.00 (DP=29.696). No Grupo CPCJ o *alpha de Cronbach* é de $\alpha=.984$. O valor médio do índice total da escala é de 86.68 (DP=34.089). Não existe nenhum item que se destaque pela fraca correlação com o total da escala.

3.3. Procedimentos

A recolha dos dados foi feita nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo Branco, Sertã e Fundão. Em primeiro lugar foi feito o levantamento dos processos sinalizados por Abuso (qualquer tipo de abuso) e/ou Negligência. Posteriormente entrámos em contato via telefone com as famílias explicando o nosso estudo e pedindo a sua colaboração (progenitor/cuidador e filho - criança/adolescente). Em caso afirmativo foi marcada hora e data para a deslocação à respetiva CPCJ (seis das respostas foram negativas).

Os participantes eram distribuídos na sala para que as suas respostas não fossem visíveis aos restantes elementos do agregado familiar. Os cuidadores assinaram o consentimento informado e a autorização para a criança/jovem também poder participar na investigação. Após estes procedimentos, nenhum dos participantes desistiu de colaborar connosco.

Na recolha de protocolos da população geral participaram vários estudantes do MI, seguindo-se o mesmo procedimento: depois de informar as famílias sobre o projeto de investigação e de esclarecidas as questões relacionadas com o anonimato e confidencialidade, foi administrado o protocolo às que deram o consentimento. Geralmente a recolha foi feita na residência do agregado familiar.

Todas as análises estatísticas foram efetuadas utilizando o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0 para Windows. O nível de significância foi definido como $p < .05$.

IV – Resultados

Começámos por avaliar para a amostra dos progenitores, através do teste *t-Student* quais as médias dos dois grupos nas escalas CBCL, BSI e IVIA que eram significativamente diferentes. O pressuposto da

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

homogeneidade de variâncias foi avaliado com o teste de *Levene*.

Para as variáveis com valores de *t-Student* significativos, realizaram-se regressões lineares múltiplas com o objetivo de entender se a pertença às amostras (CPCJ vs Controlo) e o funcionamento psicológico dos pais (Escala Ideação Paranoide, pois foi a única com diferenças significativas entre as duas amostras) são preditores de cada um dos estilos de Vinculação e se os estilos de Vinculação predizem ou não a forma como os pais percebem o comportamento do seu filho (as VD's foram cada uma das escalas do CBCL que registaram valores de *t-student*: Agressividade, Depressão, Somatização e o CBCL Total, com valor *p* próximo de .05). Fez-se ainda análise de regressão múltipla para avaliar se o funcionamento psicológico dos pais (Escala de Ideação Paranoide do BSI) e a pertença a cada uma das amostras (CPCJ vs Controlo) consegue prever o ajustamento psicossocial dos filhos. De acordo com Maroco (2007) esta avaliação é possível já que é cumprido o critério mínimo de 15 sujeitos por Variável Independente ($n=89$ pais). Para assegurar o pressuposto da multicolinearidade, isto é, se a informação presente nas VI's é redundante, controlámos o valor de VIF (fator de inflação da variância).

Na análise dos resultados da amostra das crianças/adolescentes, recorremos aos testes não paramétricos uma vez que temos um *N* pequeno ($N=30$). Utilizou-se o teste *U* de *Mann-Whitney* para comparar as variáveis dependentes em estudo com duas categorias medidas nas duas amostras independentes. Recorremos ainda à correlação de Rho de Spearman, uma medida não paramétrica entre duas variáveis pelo menos ordinais (Maroco, 2007) para estimarmos a conexão entre a idade e cada tipo de vinculação.

Avaliar se a vinculação nas crianças e adolescentes vítimas de negligência/abuso (amostra da CPCJ) é significativamente diferente das do Grupo de controlo (sem abuso nem negligência)

O teste *t-Student* de comparação do Grupo de Controlo com o Grupo CPCJ mostrou-nos que não existem diferenças significativas em nenhuma das subescalas do IVIA, ou seja, em nenhum dos tipos de vinculação, mais especificamente na vinculação *Segura* ($t(64,126)=.797, p=.520$), vinculação *Ansiosa Ambivalente* ($t(84)=.793, p=.495$) e vinculação *Evitante* ($t(83)=.543, p=.736$).

Analisar se o funcionamento dos progenitores (BSI) e a pertença a cada uma das amostras (CPCJ vs Controlo) são preditores do tipo de vinculação na perspetiva dos pais (IVIA)

O teste *t-Student* de comparação da amostra de Controlo com a da CPCJ mostrou-nos que existem diferenças significativas no BSI na escala Ideação Paranoide.

A análise da regressão linear múltipla, calculada para o Estilo de Vinculação *Evitante* na perspetiva dos pais (VD), tendo como VI'S a amostra (CPCJ vs Controlo) e a *Escala Ideação Paranoide* do BSI permitiu-nos

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

concluir que neste modelo, 1.3% da variabilidade total da VD é explicada pelas VIs presentes no modelo, ficando 98.7% por explicar. O valor da *Anova* não é significativo [$F_{(2,81)}=4.447$; $p=.641$; $R_a^2=.013$]. Esta análise mostra que o modelo não é válido, apontando que as VIs incluídas não explicam a variabilidade na *Vinculação Evitante*.

Considerando como VD o Estilo de Vinculação *Ansiosa/Ambivalente* e mantendo as VIs, 2.3% da variabilidade total da VD é explicada pelas VIs presentes no modelo, ficando 98.7% por explicar. O valor da *Anova* não é significativo [$F_{(2,83)}=1.989$; $p=.143$; $R_a^2=.023$]. Assim sendo, o modelo não se mostra válido. De salientar que a escala *Ideação paranoide* surge como preditora deste tipo de vinculação [$\beta=-.216$; $t_{(83)}=1.977$; $p=.051$].

Por último, tendo como VD o Estilo de *Vinculação Segura* (sempre na perspectiva dos pais) e as VIs anteriores, 18.8% da variabilidade total da VD é explicada pelas VIs presentes no modelo. O valor da *Anova* apresenta-se como significativo [$F_{(2,81)}=10.608$; $p<.001$; $R_a^2=.188$]. Esta análise identifica apenas a variável *Ideação paranoide* do BSI [$\beta=-.462$; $t_{(83)}=-4.597$; $p<.001$] como preditora da *Vinculação Segura*. Este modelo pode ser aplicado porque a variável presente na análise não apresenta um VIF elevado.

Analisar se os três estilos de vinculação medidos pelo IVIA na perspectiva dos pais são preditores do ajustamento psicossocial de crianças e adolescentes (CBCL)

O teste *t-Student* de comparação da amostra de Controlo com a da CPCJ mostrou-nos que existem diferenças significativas no CBCL, mais especificamente nas dimensões *Agressividade* ($t(87)=-2.318$, $p=.025$), *Depressão* ($t(86)=-2.295$, $p=.025$) e *Somatização* ($t(86)=-2.011$, $p=.049$) e para o total do CBCL ($t(74)=-1.899$, $p=.065$).

Analise agora as regressões que têm como VIs os três estilos de Vinculação (*Evitante*, *Ansiosa/ambivalente* e *Segura*) e como VD as escalas do CBCL que se mostraram significativas nos testes *t-student*.

Para o resultado global do CBCL, 39.4% da variabilidade total desta VD é explicada pelas VIs (estilos de vinculação) presentes no modelo. O valor da *Anova* apresenta-se como significativo [$F(3,68)=16.398$; $p=.000$; $R_a^2=.394$]. O estilo de *Vinculação Segura* [$\beta=-.894$; $t(76)=-3.150$; $p=.002$] apresenta-se como variável preditora significativa do valor global do CBCL. O pressuposto da não multicolinearidade está assegurado.

Considerando como VD a subescala *Agressividade* do CBCL verifica-se que 34.4% da sua variabilidade total é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo. O valor da *Anova* apresenta-se como significativo [$F(3,78)=15.144$; $p=.000$; $R_a^2=.344$]. Esta análise identifica também a *Vinculação Segura* [$\beta=-.594$; $t_{(78)}=2.622$; $p=.011$] como preditora significativa da VD em estudo. As VIs são ortogonais, logo estes dados podem ser utilizados para fins inferenciais e de estimação.

A variabilidade total da variável dependente subescala *Depressão* do CBCL é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo em 34.5% da sua variância total. O valor da *Anova* apresenta-se como

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

significativo [$F_{(3,77)}=15.025$; $p=.000$; $R_a^2=.345$]. Esta análise identifica as variáveis *Vinculação Segura* [$\beta=-.574$; $t_{(77)}=-5.919$; $p=.000$] e *Vinculação Ansiosa Ambivalente* [$\beta=.266$; $t_{(77)}=2.629$; $p=.010$] como preditoras significativas da variável dependente *Depressão* do CBCL (ver anexo D7). O pressuposto da multicolinearidade está também assegurado.

Relativamente ao modelo de regressão relativo à subescala *Somatização*, verifica-se que 30% da variabilidade total desta VD é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo. A Anova revela-se significativa [$F_{(3,77)}=12.435$; $p=.000$; $R_a^2=.300$]. A variável que aparece como preditora é a *Vinculação Segura* [$\beta=-.591$; $t_{(77)}=-5.922$; $p=.000$].

Identificar se o ajustamento psicossocial (YSR) e os estilos de vinculação (IVIA autorrelato) na perspetiva das crianças/adolescentes são diferentes em função de serem vítimas (amostra CPCJ) ou não serem vítimas (amostra Controlo)

Relativamente à análise da amostra das crianças/adolescentes, a comparação estatística dos resultados observados nos dois grupos (CPCJ e Controlo) através do teste de *Mann-Whitney* permite-nos constatar que existem diferenças estatisticamente significativas nas subescalas *Atenção/Hiperatividade* ($U =60.0$; $W=196$; $p=.030$), *Ansiedade/depressão* ($U =77.50$; $W=213.5$; $p=.054$) e *Esquizoide* do YSR ($U =58.0$; $W=194$; $p=.006$) e na *Vinculação Ansiosa/Ambivalente* ($U =221$; $W=627$; $p=.021$).

Caraterizar a relação entre a variável Idade e os estilos de vinculação medidos pelo IVIA, na versão autorrelato

Relativamente à relação entre a variável Idade e os estilos de vinculação medidos pelo IVIA, através do Rho de Spearman obteve-se uma correlação moderada negativa entre a idade e a *Vinculação Ansiosa Ambivalente* ($r(53) =-.379$; $p<.005$) e uma correlação fraca negativa com os estilos *Vinculação Segura* ($r(58) =-.078$; $p>.005$) e *Vinculação Evitante* ($r(58) =-.064$; $p>.005$) (ver tabela 2).

Tabela 2 - Correlação Rho de Spearman entre Idade e estilos de vinculação (IVIA) (N=58)

	Vinculação Segura	Vinculação Ansiosa/Ambivalente	Vinculação Evitante
Idade próprio	-,078	-,379(**)	-,064
Vinculação Segura		,277(*)	,342(**)
Vinculação Ansiosa/Ambivalente			,439(**)

** $p<.01$ level; * $p<.05$ level

V - Discussão

Antes de qualquer análise importa ressaltar que a nossa investigação é de caráter exploratório e que a discussão aqui desenvolvida constitui apenas uma leitura reflexiva dos dados.

Respondendo ao primeiro dos nossos objetivos, os dados do nosso estudo indicam que na perspectiva dos progenitores não há diferenças estatisticamente significativas nos estilos de vinculação filial entre vítimas de abuso e/ou negligência e crianças do grupo de controle, o que contrasta com o resultado de várias investigações que têm vindo a corroborar a hipótese das crianças vítimas de abuso/negligência apresentarem padrões de vinculação inseguros (Crittenden, 1985). Finzi, Ram, Har-Even, Shnit, & Weizman (2001) dizem-nos que em crianças maltratadas predomina a *Vinculação Evitante*, exceto as vítimas de abuso físico que mostram predominância de uma *Vinculação Ansiosa/Ambivalente* e Hughes (2004) acrescenta que as crianças vítimas de uma combinação de abuso e negligência tendem a mostrar predominantemente uma *Vinculação Desorganizada, Ansiosa* ou *Evitante*. Uma possível explicação para o nosso resultado é o facto de cada vez mais não serem apenas as famílias designadas por *multiproblemáticas* a serem sinalizadas. A crise económica e social que atravessamos atualmente tem-se refletido no número de famílias multidesafiadas, que vêm mais tarde a ser sinalizadas nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. A família “tradicional” depara-se diariamente com uma série de desafios, de problemas, o que há uns anos atrás não acontecia. Esta realidade leva muitas vezes a família ao limite, e situações de abuso e negligência tendem a ocorrer com maior frequência. Se a “típica” família *multiproblemática* tem algumas limitações no saber cuidar, tratar, amparar, mimar uma criança, estas “novas” *famílias multidesafiadas*, apesar de não o porém em prática, têm conhecimento da conduta e regras socialmente desejáveis, o que faz com que se obtenham resultados como o nosso.

Os resultados obtidos para o nosso terceiro objetivo mostram que os pais caracterizaram a vinculação dos seus filhos como segura (os filhos caracterizaram de forma diferente) e no entanto avaliam as competências e os problemas de comportamento do seu filho de forma negativa. Estes dados seguem a linha de pensamento dos estudos de Rieder e Cicchetti (1989) que identificaram que as crianças vítimas de abuso ou negligência tendem a exibir, desde idade escolar, maior agressividade, maiores dificuldades ao nível do autocontrolo e do equilíbrio afetivo e cognitivo, falhas ao nível das competências sociais e dificuldades de aprendizagem. Hamilton et al. (1999) identificaram a existência de perturbação psicopatológica e problemas comportamentais, e Muller e Stollak (1995) identificaram ainda a irritabilidade e o temperamento difícil nestas crianças. Assim, os mesmos pais que avaliaram a vinculação ao seu filho como segura, percecionam-o como tendo sintomatologia depressiva, sendo agressivo, hiperativo, com queixas somáticas, que se isola, e que tem elevados níveis de ansiedade e de comportamentos de oposição. Estes dados levam-nos a acreditar que, apesar

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

de não se verificarem diferenças estatisticamente significativas em termos de vinculação, os dados não correspondem de todo à realidade mas que o inventário foi respondido de acordo com a deseabilidade social. Outros resultados que nos levam a reforçar esta reflexão são os obtidos nas regressões para o CBCL em que a Vinculação Segura aparece como preditora em todas as escalas do CBCL que se apresentaram com diferenças estatisticamente significativas (a Vinculação Ansiosa Ambivalente também aparece como preditora da escala Depressão). Assim, a Vinculação Segura é preditora do global da escala do CBCL e das escalas oposição, agressividade, depressão, atenção/hiperatividade, comportamento antissocial, somatização, isolamento e ansiedade. A literatura diz-nos que as mães maltratantes percebem os seus filhos como mais difíceis ou diferentes e tendem a sobrevalorizar os seus problemas comportamentais de externalização (Lau, Valeri, McCarty, & Weisz, 2006). Milner (1998) veio acrescentar que estes progenitores interpretam os comportamentos dos seus filhos como dotados de más intenções e tendem a classificar os comportamentos da criança como negativos. Najmi et al. (2009), por sua vez, concluíram que a existência de comportamento perturbado por parte da mãe e o consequente desenvolvimento de uma vinculação insegura eram preditores de um comportamento hostil e agressivo na criança, enquanto Cruttenden (1985) destaca que são várias as investigações que têm vindo a corroborar a hipótese das crianças vítimas de abuso/negligência apresentarem padrões de vinculação inseguros.

Analisando agora o segundo objetivo - se o funcionamento dos progenitores e a pertença a cada uma das amostras são preditores do tipo de vinculação na perspectiva dos progenitores - os dados sugerem que a escala do BSI *Ideação Paranoide* é preditora de uma Vinculação Segura, no sentido de que um valor mais elevado nesta subescala traduz um valor mais baixo na Vinculação Segura. Na literatura, Browne (1988) demonstrou a influência da perturbação mental clinicamente diagnosticada e Belsky (1993) valorizou o papel de alguns atributos psicológicos ou da personalidade de alguns destes abusadores. De acordo com Machado (1996), poderão existir algumas experiências de vida dos pais ou características da personalidade que favoreçam a ocorrência do mau trato.

Debruçando-nos agora sobre o quarto objetivo, podemos concluir que tendo em conta o facto de serem ou não vítimas de abuso/negligência, na perspectiva das crianças existem diferenças ao nível do ajustamento psicossocial e da vinculação. No que diz respeito ao ajustamento psicossocial, as crianças e adolescentes vítimas de abuso/negligência pontuam mais nas subescalas *Atenção/Hiperatividade* (Média de Ordem CPCJ: 19.21; Média de Ordem Controlo: 12.25), *Ansiedade/Depressão* (Média de Ordem CPCJ: 19.66; Média de Ordem Controlo: 13.34) e *Esquizoide* (Média de Ordem CPCJ: 20.88; Média de Ordem Controlo: 12.13). Já em termos de Vinculação, existem diferenças na *Vinculação Ansiosa/Ambivalente* (Média de Ordem CPCJ: 32.16; Média de Ordem Controlo: 22.39). Em suma, na perspectiva das crianças/adolescentes as vítimas de abuso/negligência revelam mais problemas de Atenção e

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

Hiperatividade, apresentam maiores níveis de Ansiedade e Depressão, mais comportamentos Esquizoides e têm geralmente uma Vinculação Ansiosa Ambivalente com os seus progenitores/cuidadores. A este respeito, Hart et al. (2010) destacam como consequência do abuso/negligência: ansiedade, depressão, baixa autoestima, desenvolvimento de vinculações inseguras ou desorganizadas, isolamento social e baixa empatia. Os principais problemas de comportamento nas vítimas de abuso e negligência são a oposição, a agressividade, comportamento antissocial, abuso de drogas, dificuldades na regulação do afeto e transtornos alimentares (Hart et al., 2010). Segundo Tonmyret al. (2011) o abuso psicológico parece estar associado a uma ampla gama de problemas comportamentais, emocionais e sociais. Donovan e Brassard (2011) verificaram que os efeitos a nível comportamental e de ajustamento social associados com o abuso psicológico são uma maior probabilidade de delinquência, de problemas de conduta, fuga de casa, de violência, de uso e tráfico de substâncias, de isolamento social, baixa competência social, de problemas de ajustamento, de problemas interpessoais, de posse de arma, de menor aceitação social, de hostilidade, de problemas de internalização/externalização e de se tornar um agressor sexual.

Por fim, no que concerne ao último objetivo do nosso estudo, os resultados permitem-nos epilogar que não existe relação entre a idade e os estilos de Vinculação. De acordo com Sroufe, Egeland, Carlson, e Collins (2005) o processo desenvolvimental integra, simultaneamente, continuidade e mudança, nada se mantém igual ou inalterável, uma vez que diferentes idades exigem diferentes estratégias, transformação e reconstrução.

5.1. Limitações do estudo

Num processo reflexivo, achamos fundamental esclarecer que o nosso apresenta algumas limitações:

- O facto de termos na nossa amostra apenas 30 das crianças/adolescentes impossibilitou o recurso a testes paramétricos mais complexos que permitiriam análises mais detalhadas;
- Dificuldades que verificámos que existem na prática das Comissões em conseguir discriminar a existência na família dos diferentes tipos de abuso e negligência;
- Poderia ter sido feita uma entrevista *a posteriori* com as famílias a fim de perceber se tinham respondido de facto de acordo com a desejabilidade social;
- A extensão do protocolo, muitas escalas com bastantes itens cada, levou a que muitos participantes se queixassem de cansaço, o que poderá ter influenciado os resultados.

5.2. Sugestões para pesquisas futuras

Partindo dos resultados obtidos, mas também das limitações identificadas, sugerimos para futuras pesquisas:

-A revisão do IVIA uma vez que sentimos que a sua linguagem é um pouco elaborada e confusa para a população com menos habilitações literárias;

-Desenvolver uma investigação idêntica com uma amostra maior, que permita outro tipo de testes estatísticos mais complexos;

-Fazer um levantamento de boas práticas acerca da prevenção do Abuso e da Negligência e perceber qual é mais eficaz para posterior adoção nas CPCJ's;

VI – Conclusões

O nosso estudo surgiu da perceção da ausência de investigação em Portugal sobre negligência e abuso intrafamiliar que tivesse como amostra a família. Sempre que possível, administrou-se o protocolo a ambos os progenitores (ou seus substitutos, alguns dos nossos questionários foram respondidos pelos avós, já que são eles que cuidam da criança/jovem ou detêm a sua guarda de facto) e filhos (criança/adolescente). Assim, pudemos cruzar dados e obter os diferentes pontos de vista acerca de um mesmo aspeto (por exemplo, vinculação e ajustamento psicossocial das crianças/adolescentes).

Nos últimos anos, os teóricos da vinculação têm feito um esforço para criar, operacionalizar e validar instrumentos que avaliem a vinculação e os seus diversos níveis de qualidade, assim, parece-nos de todo adequado e benévolo contribuir para a existência de dados específicos para a população sinalizada como abusiva/negligente para os instrumentos IVIA, BSI e Escalas de Achenbach (CBCL e YSR), a fim de poderem ser utilizados em futuras avaliações de famílias com suspeitas de maus tratos, por exemplo, nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

A nível teórico esta investigação tem toda a pertinência já que a Teoria da Vinculação pode ser nomeada como referência fundamental ao sugerir que o estabelecimento de ligações de proximidade emocional durante a infância constitui a base do desenvolvimento afetivo, social e cognitivo (Maia, Ferreira, Veríssimo, Santos, & Shin, 2008). Uma criança terá maiores probabilidades de desenvolver uma representação positiva de si própria, na qual o self surge como valorizado e merecedor de cuidados, quando as suas necessidades de proximidade emocional, de proteção e de segurança estão preenchidas existindo, simultaneamente, suporte para uma exploração ativa e autónoma do meio, no entanto, quando as interações precoces são caracterizadas por uma falta de adequação entre aquilo que são as necessidades da criança e as respostas dadas pelas figuras cuidadoras, os sujeitos poderão organizar modelos internos dinâmicos complementares em

que o self é visto como não desejado e sem valor e em que os outros são perspetivados como indisponíveis, rejeitantes ou abusadores (Maia, Ferreira, Veríssimo, Santos, & Shin, 2008). Isto leva a que existam diferenças ao nível da qualidade da relação de vinculação, que por sua vez está associada a diferenças de adaptação do sujeito ao longo do seu percurso de vida e em diferentes áreas.

Importa destacar que tivemos o cuidado de emparelhar as diversas variáveis sociodemográficas entre o Grupo de Controlo (população geral) e o Grupo CPCJ. Os dois grupos revelaram-se homogéneos no sexo, idade, habilitações literárias, número de filhos, formas de família e nível socioeconómico.

Na sua globalidade, os resultados desta investigação sugerem que os diferentes instrumentos por nós utilizados apresentam boas qualidades psicométricas ao nível da consistência interna, sugerindo que se tratam de instrumentos fiáveis.

Esta investigação teve como objetivo geral avaliar a existência, ou não, de diferenças, nomeadamente ao nível da qualidade da vinculação, ajustamento psicossocial das crianças e adolescentes vítimas de abuso e/ou negligência e psicopatologia dos abusadores. No domínio da Vinculação, este estudo veio corroborar estudos anteriores que nos dizem que o facto de ser vítima de maus tratos leva a que a criança desenvolva uma vinculação ansiogena/ambivalente. Apesar de os progenitores caracterizarem a vinculação ao seu filho como segura (o que acreditamos serem dados enviesados pela desejabilidade social pelas razões atrás referidas) as crianças/adolescentes da nossa amostra caracterizaram-na como vinculação Ansiosa/Ambivalente. Mais, estas crianças e adolescentes revelam que a vitimação conduz a diferenças estatisticamente significativas no ajustamento psicossocial, nomeadamente a nível da atenção/hiperatividade, ansiedade/depressão e comportamentos esquizoides, o que corrobora a literatura que diz que crianças e adolescentes abusadas sofrem mais de problemas de saúde, problemas de comportamento, défices cognitivos e socioemocionais (Black, Heyman, & Slep, 2001b). Também na perspetiva dos progenitores existem diferenças estatisticamente significativas no ajustamento psicossocial, particularmente na agressividade, depressão, somatização e no total do CBCL, confirmando a literatura supra referida que nos enuncia por um lado, que crianças com um estilo de vinculação insegura tendem a ter mais problemas de comportamento, por outro, que progenitores abusadores tendem a interpretar o comportamento do seu filho como problemático e as atitudes do mesmo como dotadas de más intenções.

Bibliografia

Afifi, T., Brownridge, D., Cox, B., & Sareen, J. (2006). Physical punishment, childhood abuse and psychiatric disorders. *Child Abuse & Neglect*, 30, 1093-1103.

- Ainsworth, M. D. S. (1979). Infant-mother attachment. *American Psychologist*, 34, 932-937.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares* (3ª ed). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- Alberto, I. (2008). Maltrato Infantil: Entre um destino e uma história. In A. Matos, C. Vieira, S. Nogueira, J. Boavida, & L. Alcoforado (coord.). *A Maldade Humana*. Coimbra: Almedina.
- Antoni, C., Barone, L., & Koller, S. (2007). Indicadores de Risco e de Proteção em Famílias Fisicamente Abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 (2), 125-132.
- Aspelmeier, J., Elliott, A., & Smith, C. (2007). Childhood sexual abuse, attachment, and trauma symptoms in college females: The moderating role of attachment. *Child Abuse & Neglect*, 31, 549-566.
- Ausloos, G. (1986a). *A Competência das Famílias*. Lisboa: Climepsi Editores
- Azevedo, M. C., & Maia, A. C. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Barsky, A., Wool, C., Barnett, M., & Cleary, P. (1994). Histories of childhood trauma in adult hypochondriacal patients. *American Journal of Psychiatry*, 151, 397-401.
- Bartholomew, K., & Horowitz, L. M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 226-244.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 413-434.
- Belsky, J. (2005). The developmental and evolutionary psychology of intergenerational transmission of attachment. In C. S. Carter, L. Ahnert, K. E. Grossman, S. B. Hardy, M. E. Lamb, S. W. Porges, & N. Sachser (Eds.), *Attachment and bonding: A new synthesis* Cambridge (pp.169-198). MA: The MIT Press.
- Benavente, R. (2010). *Fatores de mudança nas representações da Vinculação em crianças de famílias de alto-risco*. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica. Universidade de Lisboa.
- Black, D., Heyman E., & Slep A. (2001b). Risk factors for child physical
Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs
Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

- abuse. *Agression and Violent Behavior*, 6, 121-188.
- Bowlby, J. (1940). The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 21, 154-178.
- Bowlby, J. (1943). Forty-four juvenile thieves: Their characters and home-life. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 25, 19-53.
- Bowlby, J. (1958). The nature of the child's tie to the mother. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 39, 1-23.
- Bowlby, J. (1960a). Separation anxiety. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 41, 89-113.
- Bowlby, J. (1976). *A natureza da ligação da criança com a mãe. As ligações infantis*. Amadora: Bertrand.
- Browne, K. (1988). The nature of child abuse and neglect: An overview. In K. Browne, C. Davies, & P. Stratton, *Early prediction and prevention of child abuse* (pp. 15-30). London: John Wiley & Sons.
- Burgess, R., & Conger, R. (1978). Family interaction in abusive, neglectful and normal families. *Child Development*, 49, 1163-1173.
- Canavarro, M. C. (1999). Inventário de sintomas psicopatológicos – BSI. In M. R. Simões, M. Gonçalves & L. S. Almeida (Eds.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (Vol. II; pp. 87-109). Braga: SHO/APPORT.
- Cancrini, L., De Gregorio, F., & Nocerino, S. (1997). Las familias multiproblemáticas. En M. Coletti & J. Linares, *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática: La experiencia de Ciutat Vella* (pp.45-82). Barcelona: Paidós Terapia Familiar.
- Carvalho, M. (2007). *Vinculação, Temperamento e Processamento da Informação – Implicações nas perturbações emocionais e comportamentais no início da adolescência*. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Cassidy, J. (2008). The nature of the child's ties. In J. Cassidy, & P. R. Shaver (2ªEd.). *Handbook of attachment* (pp.3-20). New York: Guilford
- Collishaw, S., Pickles, A., Messer, J., Rutter, M., Shearer, C., & Maughan, B. (2007). Resilience to adult psychopathology following childhood

maltreatment: Evidence from a community sample. *Child Abuse & Neglect*, 31, 211-229.

Costa, T. (2008). *Estilo de Vinculação da mãe e filho na idade adulta: Relação com a percepção de cuidados*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade de Lisboa.

Coulton, C., Crampton, D., Irwin, M., Spilsbury, J., & Korbin, J. (2007). How neighborhoods influence child maltreatment: A review of the literature and alternative pathways. *Child Abuse & Neglect*, 31, 1117-1142.

Crittenden, P. (1985). Social networks, quality of child rearing and child development. *Child Development*, 56, 1299-1313.

Crittenden, P. (1993). An information-processing perspective on the behaviour of neglectful parents. *Criminal Justice and Behaviour*, 20, 27-48.

Crittenden, P. (2006a). Why do inadequate parents do what they do? In O. Mayseless (Coord.) *Parenting representations: Theory, research, and clinical implications* (pp. 388-433). Cambridge: Cambridge University Press.

Donovan, K., & Brassard, M. (2011). Trajectories of maternal verbal aggression across the middle school years: Associations with negative view of self and social problems. *Child Abuse & Neglect*, 35, 814-830.

Egeland, B., Breitenbucher, M., & Rosenberg, D. (1980). Prospective study of the significance of life stress in the etiology of child abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 48, 195-205.

Figueiredo, B. (1998a). Maus tratos à criança e aos adolescente (I): Situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 197-216.

Finzi, R., Ram, A., Har-Even, D., Shnit, D., & Weizman, A. (2001). Attachment styles and aggression in physically abused and neglected children. *Journal of Youth and Adolescence*, 30, 769-786.

Fonseca, A., Simões, A., Rebelo, J., Ferreira, J., & Cardoso, F. (1994). Um inventário de competências sociais e de problemas do comportamento em crianças e adolescentes – o Child Behavior Checklist de Achenbach (CBCL). *Psychologica*, 12, 55-78.

Fonseca, A., & Monteiro, C. (1999). Um inventário de problemas do comportamento para crianças e adolescentes: o Youth Self-Report de

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

- Achenbach. *Psychologica*, 21, 79-96.
- Francis, K., & Wolfe, D. (2008). Cognitive and emotional differences between abusive and non-abusive fathers. *Child Abuse & Neglect*, 32, 1127-1137.
- George, C., & Main, M. (1979). Social interactions of young abused children: Approach, avoidance, and aggression. *Child Development*, 50, 306-318.
- Glaser, D. (2001). How to deal with emotional abuse and neglect-Further development of a conceptual framework (FRAMEA). *Child Abuse & Neglect*, 35, 866-875.
- Guterman, N., Lee, S., Taylor, C., & Rathouz, P. (2009). Parental perceptions of neighborhood processes, stress, personal control, and risk for physical child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 33, 897-906.
- Hamilton, C., & Browne, K. (1999). Recurrent maltreatment during childhood: A survey of referrals to police child protection units in England. *Child Maltreatment*, 4, 275-286.
- Hart, S. N., Brassard, M. R., Davidson, H. A., Rivelis, E., Diaz, V., & Binggeli, N. (2010). Psychological maltreatment. In J. E. B. Myers (Coord), *The APSAC handbook on child maltreatment*. (pp. 125-144). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524.
- Hines, D., Kantor, G., & Holt, M. (2006). Similarities in siblings' experiences of neglectful parenting behaviors. *Child Abuse & Neglect*, 30, 619-637.
- Hoffman-Plotkin, D., & Twentyman, C. (1984). A multimodal assessment of behavioral and cognitive deficits in abused and neglected preschoolers. *Child Development*, 55, 794-802.
- Hughes, D. (2004). An attachment-based treatment of maltreated children and young people. *Attachment & Human Development*, 6, 263-278.
- Knutson, J. (1995). Psychological characteristics of maltreated children: Putative risk factors and consequences. *Annual Review of Psychology*, 46, 401-431.

- Layzer, J., Goodson, B., & DeLange, C. (1986). Children in shelters. *Response*, 9, 2-5.
- Lau, A., Valeri, S., McCarty, C., & Weisz, J. (2006). Abusive parents' reports of child behaviour problems: Relationship to observed parent-child interactions. *Child Abuse & Neglect*, 30, 639-655.
- Machado, C. (1996). Maus tratos de menores, vitimização e poder: Proposta de um modelo integrado de análise. *Psicologia: Teoria investigação e prática*, 1, 133-148.
- Magalhães, T. (2002). *Maus tratos a crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Maia, J., Ferreira, B., Veríssimo, M., Santos, A., & Shin, N. (2008). Auto-conceito e representações da vinculação no período pré-escolar. *Análise Psicológica*, 3, XXVI, 423-433.
- Main, M., & Solomon, J. (1986). Discovery of an insecure disorganized /disoriented attachment pattern: procedures, findings and implications for classification of behaviour. In M.W. Yogman, & T.B. Brazelton, *Affective development in infancy*. (pp. 95-124). Norwood, NJ: Ablex.
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Meins, E. (1997). *Security of attachment and the social development of cognition*. New York: Psychology Press.
- Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2007). *Attachment in Adulthood: structure, dynamics, and change*. New York: The Guilfords Press.
- Milner, J. (1998). Individual and family characteristics associated with intrafamilial child physical and sexual abuse. In P.K. Trickett, & C. J. Schellenbach. *Violence against children in tehe family and community* (pp. 141-170). Washington DC: American Psychological Association.
- Mullen, P., Martin, J., Anderson, J., Romans, S., & Herbison, P. (1996). The long-term impact of the physical, emotional, and sexual abuse of children: A community study. *Child Abuse & Neglect*, 20, 7-21.
- Muller, R., & Stollak, J. (1995). The Intergenerational Transmission of Corporal Punishment: A Comparison of Social Learning and Temperament Models. *Child Abuse & Neglect*, 19, 1323-1335.
- Nair, P., Schuler, M., Black, M., Kettinger, L., & Harrington, D. (2003).

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

Cumulative environmental risk in substance abusing women: early intervention, parenting stress, child abuse potential and child development. *Child Abuse & Neglect*, 27, 997-1017.

National Institute of Child Health and Human Development [NICHD] (2006). Infant–mother attachment classification: risk and protection in relation to changing maternal caregiving quality. *Development Psychology*, 42(1), 38-58.

Najmi, S., Bureau, J., Chen, D., & Lyons-Ruth, K. (2009). Maternal attitudinal inflexibility: Longitudinal relations with mother-infant disrupted interaction and childhood hostile-aggressive behavior problems. *Child Abuse & Neglect*, 33, 924-932.

Ondersma, S. (2007). Introduction to the second special section on substance abuse and child maltreatment. *Child Maltreatment*, 12, 111-113.

Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspetiva Sistémica*. Porto: Afrontamento.

Rieder, C & Cicchetti, D. (1989). Organizational perspective on cognitive control functioning and cognitive-affective balance in maltreated children. *Developmental Psychology*, 25, 382-393.

Rutter, M. (1997). Clinical implications of attachment concepts. Retrospective and prospective. In *Attachment psychopathology*, L. Atkinson, & K. J. Zucker (eds.) (pp.17-46). New York: The Guilford Press

Sidebotham, P., Heron, J., & ALSPAC Study team (2006). Child maltreatment in the children of the nineties: “A cohort study of risk factors. *Child Abuse & Neglect*, 30, 497-522.

Slep, A., Heyman, R., & Snarr, J. (2011). Child emotional aggression and abuse: Definitions and prevalence. *Child Abuse & Neglect*, 35, 783-796.

Schneider-Rosen, K., Braunwald, K., Carlson, V., & Cicchetti, D. (1985). Current perspectives in attachment theory: Illustration from the study of maltreated infants. In I. Bretherton & Waters, *Growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50 (1-2), 194-210.

Soares, I. (2001). Vinculação e cuidados maternos: Segurança, proteção e desenvolvimento da regulação emocional no contexto da relação mãe-bebé. In M.C. Canavarro (Coord.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 75-104). Coimbra: Quarteto

Soares, I., Martins E., & Tereno S. (2009). Vinculação na infância. In I.

Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs

Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

- Soares (coord.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp.47-98). Braga: Psiquilíbrios
- Sousa L., Hespanha P., Rodrigues S., & Grilo P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores
- Sroufe, A., Egeland, B., Carlson, E., & Collins, A. (2005). *The Development of the person: the Minnesota study of risk and adaptation from birth to adulthood*. The Guilford Press: NY
- Stovall-McClough, K., & Cloitre, M. (2006). Unresolved attachment, PTSD, and dissociation in women with childhood abuse histories. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 74*, 219-228.
- Swanston, H., Tebbutt, J., O'Toole, B., & Oates, K. (1997). Sexually abused children 5 years after presentation: A case-control study. *Pediatrics, 100*, 600-608.
- Tonmyr, L., Draca, J., Crain, J., & MacMillan, H. (2011). Measurement of emotional/psychological child maltreatment: A review. *Child Abuse and Neglect, 35*, 767-782
- Van IJzendoorn, M. H., Shunengel, C., & Bakerman-Kranenburg, M. (1999). Disorganized attachment in early childhood: Meta-analysis of precursors, concomitants, and sequelae. *Development and Psychopathology, 11*, 225-249.
- Weinfield, N. S., Sroufe, L. A., Egeland, B., & Carlson, E. A. (1999). The nature of individual differences in infant-caregiver attachment. In J. Cassidy, & P. R. Shaver (2ªEd.). *Handbook of attachment* (pp.68-88) New York: Guilford.
- Wolfe, D., & McIsaac, C. (2011). Distinguishing between poor/dysfunctional parenting and child emotional maltreatment. *Child Abuse and Neglect, 35*, 802-813.
- Wonderlich, S., Bretherton, T., Josic, Z., Dansky, B., & Abbott, D. (1997). Relationship of Childhood sexual abuse and eating disorders. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 36*, 1107-1115.
- Wonderlich, S., Crosby, R., Mitchell, J., Roberts, J., Haseltine, B., DeMuth, G., & Thompson, K. (2000). Relationship of childhood sexual abuse and eating disturbance in children. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 39*, 1277-1283.
- Wilson, S., Rack, J., Shi, X., & Norris, A. (2008). Comparing physically
- Avaliação da vinculação filial em famílias identificadas como negligentes e/ou abusivas numa amostra de CPCJs
- Ana Catarina Mendes Pulga (e-mail:anacatarina_pulga@hotmail.com) 2012

abusive, neglectful, and not abusing parents during interactions with their children: A forest-analysis of observational studies. *Child Abuse and Neglect*, 32, 897-911.